

WALLACE, A.R. *Viagem pelos rios Amazonas e Negro*. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1979.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.

MODO DE VIDA E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO*

Christian Nunes da Silva

Bacharel e Licenciado em Geografia/UFPA

A relevância das considerações realizadas sobre a importância da cultura cabocla para a Região Amazônica é imprescindível. O *modo de vida tropical* analisado por Wagley (1988) evidencia uma série de características que singularizam o indivíduo caboclo, com suas técnicas e padrões culturais semelhantes em toda a Amazônia brasileira, uma vez que o ambiente, aparentemente homogêneo, necessita de aparelhos e equipamentos que se adaptem ao meio. Para que ocorra essa adaptação, culturas e técnicas diferentes vão formar o tipo cultural *caboclo*, o que ocorre por meio de uma miscigenação¹ e hibridação cultural e biológica (OLIVEIRA FILHO, 1979; LIMA, 1999). Nestes aspectos, a mulher cabocla e o seu papel nas atividades produtivas revelam-se importantes modeladores da configuração territorial em geral e, especialmente, da Amazônia (BONDI, 2002; SIMONIAN, 2001). Assim, as atividades realizadas pelos caboclos e caboclas da Amazônia irão determinar o direcionamento da produção e, conseqüentemente, da subsistência familiar e da inserção das comunidades tradicionais da região no mercado.

É sob esse ponto de vista que o conceito de *modo de vida* é incorporado à análise dos dados levantados a partir de uma pesquisa realizada na ilha Trambioca, localizada no Município de Barcarena/PA. Vários autores dedicaram-se a estudar esse conceito, como Wagley (1988), La Blache (1954) e Marx e Engels (1984). Assim, *modo de vida*, de acordo com Marx e Engels, deve ser entendido segundo a íntima relação existente entre o modo de produção e os aspectos culturais que envolvem as sociedades. Portanto, não pode ser entendido sem o modo

* A pesquisa a partir da qual este artigo se tornou possível iniciou com o apoio do Projeto NAEA/FORD e de uma bolsa de iniciação científica financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação da Profa. Dra. do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Lígia T. L. Simonian. Essa pesquisa foi desenvolvida nos anos de 2001-2003 e teve como resultado a elaboração de um laudo para a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) na ilha de Trambioca, de vários relatórios apresentados à Fundação Ford e à Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESP)/UFPA, de trabalhos apresentados em seminários e conferências, de um vídeo apresentado à TV Liberal, de confecção de mapas da ilha em estudo e de um vasto acervo de fotos que poderão ser utilizados em outras pesquisas a serem feitas naquele local e em estudos similares. Também como resultado, este artigo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Geografia/UFPA.

de produção – as técnicas de produzir e reproduzir o espaço - e muito menos sem uma análise dos aspectos culturais, pois estes desenvolvem e singularizam as sociedades. Esses modos organizacionais passam por processos de transformação no decorrer do desenvolvimento demográfico da sociedade, definindo como as técnicas se alteram ou retroagem, conforme a necessidade de obtenção de produtos que definem a sua reprodução social.

A ilha de Trambioca é habitada principalmente por uma população cabocla, embora em um passado remoto a presença de indígenas e depois de portugueses tenha sido significativa. Mais recentemente, uma colonização japonesa também ali foi implantada, particularmente na área de Urucuriteua (SIMONIAN, 2002). Nos dias atuais, uma diversificação tem marcado o âmbito produtivo, com destaque para o extrativismo pesqueiro (que inclui a captura do camarão), a agricultura, a produção artesanal e o segmento de serviços (transporte e turismo). A organização espacial dos moradores segue em muito a oportunidade de recursos naturais locais, com ênfase para ocupações em áreas de terras baixas (várzea e praias), terra-firme e áreas envolvendo esses dois ecossistemas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa que em parte resultou neste artigo, teve por base uma associação de procedimentos de investigação antropológica, histórico-geográfica e sócio-econômica, com vasta utilização de recursos iconográficos. Assim, os ensinamentos de Haynes-Young, Green e Cousins (1996), de Oliveira (1996) e de Edwards (1997) foram essenciais. Foi necessária a apreciação das análises realizadas por autores que estudam populações com modos de vida parecidos, o que mostrou eficácia em se tratando de espaços não distantes e numa mesma região. O trabalho de campo, a obtenção e a coleta de dados foram realizados por meio da observação direta intensiva, sendo esta processada mediante técnicas de observação sistemática, participativa de forma individual e coletiva na vida real e de entrevista metódica direcionada aplicada por meio de questionários.

MODO DE VIDA E A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA CABOCLA PARA A AMAZÔNIA

A relação entre o homem e a natureza sempre se deu de forma muito complexa. Desde os tempos pré-históricos da sociedade humana, onde se verifica ter existido uma suposta sujeição do homem ao meio-

ambiente, encontram-se indícios que levaram alguns teóricos a afirmar um *determinismo geográfico* exercido pela natureza sobre o homem. Este é o caso do alemão Friedrich Ratzel (RATZEL, 1990; CORRÊA, 1987), que, ao formular suas teorias sobre o meio ambiente e o homem, afirmou ser o homem um ente determinado por condições climáticas ou outros fatores naturais. Ratzel, no seu afã de justificar a ideologia alemã da época, criou o conceito de *espaço vital*, no qual afirma que determinada sociedade tem a necessidade de expandir seus territórios e seus modos de vida para que possa sobreviver e, assim, conquistar novos territórios.

Nesta perspectiva, e confrontando o pensamento ratzeliano, o francês Paul Vidal de La Blache formula sua teoria (MORAES, 1996). Ele cria a teoria do *possibilismo geográfico* (LA BLACHE, 1954; MOREIRA, 1994), afirmando o homem como aquele que tinha a natureza como uma *fornecedora de possibilidades* e não como a agente determinante sobre o homem. Contudo, analisando os modos de vida, La Blache também estava tentando justificar o poderio francês e, com isso, inibir as teorias dos pensadores alemães, ambos foram influenciados pelo darwinismo.

Para Marx e Engels (1984), o conceito de *modo de vida*, presente na obra *Ideologia Alemã*, diz respeito ao modo como os homens produzem os seus meios de vida e, para isso, constroem uma série de costumes necessários para a sua reprodução.

O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimir a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são, coincide, portanto, com sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são, depende, portanto, das condições materiais da sua produção. E esta produção só surge com o *aumento da população* (sic) (MARX; ENGELS, 1984, p. 15).

Na análise acima, observa-se que o aumento do modo de produção está intimamente ligado ao aumento da população, sendo, portanto, este último, um dos principais impulsionadores no desenvolvimento das técnicas utilizadas para que o aumento do modo de produção ocorra. Na análise de Malthus (1983), também verifica-se que o aumento da produção está relacionado ao aumento populacional. Esse aumento determinará o desenvolvimento do modo de vida para qualquer civilização, em como as atividades agrícolas, industriais ou extrativistas deverão sofrer um incremento ou perecer devido ao aumento populacional.

Sorre (1984), ao analisar o conceito de *gênero de vida*, verifica que se trata de um conceito similar ao conceito de modo de vida do indivíduo. Pode-se dizer que a expressão *gênero de vida* designa o conjunto mais ou menos coordenado das atividades espirituais e materiais consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua permanência em determinado meio. Portanto, o estudo dos gêneros e modos de vida tem como base atividades como a pesca, na criação nômade, na agricultura ou em características urbanas. O autor afirma que o gênero de vida, assim como o modo de vida, é esse conjunto de técnicas.

Com relação à Amazônia, devem-se considerar os *modos de vida* da civilização local e anterior ao “descobrimento”, ou seja, ao modo de vida dos índios, que foram incorporando novas culturas e, assim, criando uma padronização para a Amazônia no que diz respeito às características próprias, porém, com aspectos similares a outros grupos em outras regiões do país. Há ainda de se considerar a influência que os grupos indígenas receberam dos nordestinos e de migrantes de outras regiões brasileiras que se estabeleceram na Amazônia com o *boom* da borracha ocorrido no final do século XIX e início do XX (TOCANTINS, 1993). Para Oliveira Filho (1979), a utilização da mão-de-obra indígena foi incrementada significativamente com a mão-de-obra nordestina, sendo utilizada largamente na extração da borracha na Amazônia onde:

Esse tipo de unidade produtiva vigora não apenas com a mão-de-obra indígena, mas também com os primeiros grupos de nordestinos que, fugindo das secas, são conduzidos aos núcleos agrícolas da

Amazônia e daí rumam, levando sua própria família, para os seringais em exploração (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 125).

Assim sendo, aliado à necessidade de sustentar a família, o migrante nordestino percebia na extração da borracha uma forma de enriquecimento, porém, ao adentrar no seringal era obrigado a trabalhar em um sistema de semi-escravidão, analisado por Weinstein (1993) como sendo o sistema de ‘*aviamento*’.

A visão do europeu em seus primeiros contatos com as populações autóctones da Amazônia foi a de considerar o índio não como uma pessoa, mas como um animal desprovido de raciocínio. Alguns autores e viajantes divulgaram diversas características negativas atribuídas ao índio brasileiro, como La Condamine (2000) e Spix e Martius (1981). Para La Condamine (2000, p. 84), “[...] todos, ou quase todos os índios da América meridional são mentirosos, crédulos, encasquetados com o maravilhoso [...]”. Essa idéia perpassou pela maioria dos viajantes que estiveram na Amazônia.

A idéia de que o índio não era um ser como o europeu só foi modificada quando, na administração de Marquês de Pombal (SOUZA JÚNIOR, 1993), foram definidos os direitos dos índios brasileiros. Esse Marquês tinha como principal objetivo a colonização das terras brasileiras que estavam, como a Amazônia, sendo invadidas por estrangeiros (ingleses, franceses e holandeses), principalmente por meio das Guianas. Porém, a coroa portuguesa não contava com um contingente populacional português que pudesse ser deslocado para as regiões que necessitavam de ocupação. Sobre este caso, Souza Júnior (1993, p. 87) afirma:

Após o Tratado de Madri com a Espanha, em 1750, que incorporou cerca de 3000 Km² de território ao Brasil [...] efetivar a ocupação do território, principalmente no norte, onde a presença de colonos portugueses era pouco significativa. Foi nesse contexto que a idéia de transformar o índio em colono, há muito perseguida pelos sucessivos governos metropolitanos, ganhou intensidade, pois mostrava-se como única alternativa viável [...] Transformar o índio em colono implicava

reconhecer-lhe a condição de pessoa, logo, vê-lo como portador de direitos naturais, situação esta incompatível com a condição de escravo. Por isso, o primeiro passo seria transformá-lo em homem livre, estabelecendo proibições legais à sua escravização pelos colonos ou por quem quer que fosse. Além disso, o índio-colono deveria estar isento da tutela das ordens religiosas que os aldeavam em missões, para que pudesse ser deslocado para outras áreas que não o seu local de origem.

É neste contexto de desconfiança entre europeus e índios da região amazônica que começou a se formar o “tipo cultural” do caboclo, conforme ensina Wagley (1988) ao analisar uma comunidade amazônica e o homem dos trópicos. Segundo ele, a “base” para a formação deste tipo cultural e seu modo de vida foi, sem dúvida, o índio amazônico.

Assim sendo, o meio em que o homem vive e as formas com as quais ele produz e reproduz sua subsistência determinam seu modo de vida. É nesta perspectiva que Wagley (1988) afirma existir um modo de vida distintamente tropical, com características próprias, tanto no sistema produtivo agropecuário, como no meio de transporte utilizado na Amazônia. Para Tocantins (1993), os amazônidas agregam ao seu cotidiano o rio, como sendo sua rua, seu local de comercialização e por onde a vida cabocla se passa.

Portanto, a partir da assimilação do conhecimento dos índios nativos que ocupavam o ambiente de várzea do amazonas e dos padrões impostos pelo sistema colonial, o *caboclo* desenvolveu um sistema adaptativo próprio de aproveitamento de recursos, possibilitando-lhe o desenvolvimento e a combinação de várias atividades de subsistência (MURRIETA *et al*, *apud* LIMA, 1998). Nesse sentido, tem-se a caça, a pesca, o cultivo da mandioca (*Manibot utilíssima*) e a extração de alguns recursos da floresta de várzea e de terra-firme, que permitiram a tais caboclos viabilizar sua auto-suficiência e relativa independência de mercados externos, como ocorreu no apogeu e declínio da borracha no início do século XX.

As populações caboclas amazônidas, ribeirinhas aos rios ou não, são consideradas como populações tradicionais. Entende-se por populações tradicionais aquelas com reconhecimento do direito de

precedência territorial, são camadas da população que não necessariamente se enquadram nas regulações dirigidas às comunidades indígenas e de remanescentes de quilombos de ex-escravos (LIMA, 2000). Consideram-se também os assentamentos previstos nas políticas de colonização com tradição no extrativismo auto-sustentável. Portanto, neste conceito podemos visualizar o caboclo amazônida² como um representante das populações tradicionais.

Desta maneira, as populações tradicionais amazônidas desenvolveram uma série de práticas comuns à região. Estas práticas fazem parte de um conjunto de “estratégias de sobrevivência” que são

[...] arranjos, truques adaptativos que se realizam no agregado familiar, nos grupos ou comunidades, visando maximizar a renda e consumo, assegurando dessa forma a manutenção da família. Para estas populações a sobrevivência não pode ser assegurada individualmente, mas principalmente, através de um sistema de ajuda recíproca (HAGUETTE *apud* OLIVEIRA e RIBEIRO NETO, 1989).

Para melhor organização interna e externa, os moradores desses locais, como a ilha Trambioca, se auto-reconhecem como *comunidades*. Nota-se, porém, que se trata de um conceito com base em preceitos católicos, uma vez que primeiramente foram denominadas *comunidades eclesiais de base* (BETTO, 1981). Na realidade, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (urbana) ou capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Porém, a partir de observações *in lócus*, pôde-se verificar que a divisão entre os habitantes das comunidades não é somente geográfica (rios, furos, lagos etc.), mas também cultural (religioso). Por exemplo, em ilustração à afirmação anterior acerca de CEBs, em algumas comunidades, as famílias evangélicas não se consideram participantes da organização social local, pois entendem “comunidade” como sendo algo relacionado às famílias católicas do lugar e às atividades realizadas por estas. Entretanto, em outras localidades, este fato não impede que moradores evangélicos se autodenominem “comunidades”, enquanto organização, enfatizando que não são católicos e que pouco importa de onde veio o conceito³.

Os caboclos mais afastados das cidades aparentam ter um modo de produção direcionado à subsistência, contradizendo o conceito de acumulação crescente de capital característico do capitalismo. Pode-se considerar a relação entre o caboclo e o mercado não totalmente capitalista, mas pré-capitalista que está adquirindo uma identidade própria ou está se tornando parte do capitalismo por completo. Esta afirmação decorre do fato de que, ao se analisar algumas populações tradicionais, freqüentemente observa-se a ocorrência da prática de exportação de produtos artesanais para o mercado internacional, como no caso das populações tradicionais analisadas por Lima (2000), na Reserva Extrativista de Cajari, no estado do Amapá.

MODO DE VIDA E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA ILHA TRAMBIOCA

A ilha Trambioca está localizada em frente ao Município de Barcarena, Estado do Pará, a 1.30 h. da cidade de Belém via fluvial. Integram esta ilha um total de 21 localidades, tendo 84,86 Km², o equivalente a 8.486 hectares como área total⁴ situada na parte estuarina do rio Amazonas, mais especificamente entre os rios Pará a leste e o Tocantins a oeste, tendo ainda, ao norte, a ilha do Marajó. Praticamente todas as comunidades existentes na ilha têm ambientes ribeirinhos e de terra-firme, além de grande parte de praias. É uma ilha dotada de recursos naturais renováveis, possuindo significativo potencial de exploração auto-sustentável, além de ser uma região com grande possibilidade para o turismo sustentável.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que, em suas comunidades, as famílias são compostas, em média, de 6 a 7 pessoas, incluindo a presença de agregados de outras famílias, unidas por casamento ou por adoção, que convivem na mesma residência, auxiliando na produção e comercialização dos produtos confeccionados, extraídos ou cultivados. Esta média de pessoas por família é considerada normal pelos moradores e, conforme se observou nas entrevistas, desproporcional à renda média da maioria das famílias⁵. É relevante, sem dúvida, o interesse ecológico e social dessas pessoas, pois se trata de uma região povoada por mais de quinhentas famílias e/ou aproximadamente 3.000 habitantes, que sobrevivem durante muitos anos do extrativismo ou da produção artesanal.

O encaminhamento de um propósito social comum, voltado à melhoria de vida de uma população, é o princípio basilar de uma associação. Nesse sentido, pode-se citar a ação dos sindicatos, colônias de pescadores, cooperativas etc. O desenvolvimento desses processos de organização social revela as formas pelas quais os atores sociais desenvolvem meios de lidar ou reagir com problemas diversos que permeiam um local. Uma associação, quando estruturada mediante uma meta concêntrica, poderá colher bons resultados, pois uma ação conjunta permitirá à comunidade sair do anonimato e ter maior expressão social, política e econômica.

É necessário, ainda, abordar uma esfera social menor, onde surgem esses problemas, pois antes de uma proposição coletiva, os indivíduos são afetados primeiramente no seio familiar, por isso torna-se importante levar em conta essa dimensão da sociedade. É neste sentido que a elaboração deste trabalho procura analisar o papel das organizações de cunho social, considerando, também, o grau de organização das famílias e os fatores que podem conduzir os atores sociais à produção do espaço atual da ilha Trambioca.

Neste ínterim, os propósitos que moverão as ações sociais organizadas na ilha em questão, apresentarão peculiaridades em cada local, tendo em vista que as ações conjuntas que lhes conferem caráter associativo estão envoltas por problemas ligados a dificuldades econômicas particulares em dado local. Esse fato decorre de um objetivo comum que precisa ser alcançado em função de uma atividade econômica acertada para o conjunto de recursos naturais ou por conta de outras dificuldades sociais presentes.

Embora pequeno, um número considerável de moradores da ilha participam como sócios de sindicato ou mantêm relações com outras associações da comunidade, como a Pastoral da Criança, o Grupo de Jovens e os times de futebol, o que demonstra o bom relacionamento entre os habitantes do lugar. A participação da juventude é ativa, envolvendo-se em todas as manifestações, como movimentos de oração, sindicatos, associações, festividades cristãs ou festas entre as comunidades. Como exemplo, pode-se citar a participação de membros das comunidades nas atividades econômicas mais expressivas, como a extração de madeira, agricultura e a pesca, o que não exclui os moradores de estarem praticando atividades de modo associado.

Tabela 1: PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS MAIS COMUNS EM TRAMBIOCA

APOIO VOLUNTARIADO		
DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	FREQÜÊNCIA	%
Pastoral da Criança	30	18,4
Grupo de Jovens	4	2,5
Igreja Assembléia de Deus	2	1,2
Sem Resposta	33	20,2
Não Tem	94	57,7
TOTAL	163	100

Fonte: Silva e Albuquerque, 2004.

Conforme demonstrado, observa-se que 57,7 %, portanto a maioria dos moradores, não tem vínculo com nenhum tipo de voluntariado na ilha ou fora dela. A falta de engajamento em uma organização social local pode ser explicada pelo escasso tempo vago dos moradores, os quais estão geralmente ocupados em suas atividades produtivas ou preocupando-se com problemas familiares e/ou comunitários. A maior participação comunitária diz respeito ao voluntariado realizado com a Pastoral da Criança, atividade que tem apoio da Igreja Católica em praticamente todas comunidades, com um número expressivo de habitantes interessados em resolver problemas coletivos. Este engajamento na Pastoral da Criança consiste em visitas esporádicas dos voluntários que têm como dever principal verificar se o peso das crianças está de acordo com a idade em que elas se encontram e orientar as famílias sobre problemas que possam causar riscos às crianças ou aos adultos.

A tabela 2, a seguir, nos apresenta as unidades sociais de organização na ilha Trambioca que ainda hoje possuem papel atuante, como a Colônia de Pescadores, que atua abrangendo todo local, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Associação dos Artesãos, Pescadores e Agricultores das Comunidades do Utinga-Açu e Carmelo (APAACUAC), voltados ao apoio à pesca, agricultura e artesanato. Outras entidades mantêm uma tímida atuação e refletem alguns problemas de cunho organizativo presente em certas comunidades. Algumas associações esbarraram na falta de incentivo e participação de muitos moradores e acabaram sucumbindo ao tempo. São vítimas da

falta de incentivo de órgãos que possam melhor orientar estas aglomerações comunitárias, com o objetivo de facilitar a cooperatividade.

Tabela 2: DADOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM TRAMBIOCA

NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCALIDADES DE ABRANGÊNCIA	ANO DE CRIAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Colônia de Pescadores da Z13	A ilha toda	1920	Ativa
Sindicato dos trabalhadores rurais	A ilha toda	1973	Ativa
AAPACUAC	Utinga-Açu e Carmelo	2001	Ativa

Fonte: Silva e Albuquerque, 2004.

Dentre as organizações que estão atuando, muitas adquiriram há pouco tempo o registro legal e procuram auxiliar o desenvolvimento de atividades agrícolas, o artesanato, a pesca etc., auxiliando os moradores de forma voltada às atividades políticas na ilha e em Barcarena, com intuito de reivindicar bens para as comunidades que representam, como cursos que possam melhor qualificar a mão-de-obra dos trabalhadores.

Os habitantes da ilha Trambioca sofrem com problemas decorrentes da falta de saneamento básico, educação, saúde, entre outros. Há um grau diferenciado de distribuição de tais carências, mas grande número das comunidades vive cercada por debilidades infra-estruturais. No que se refere aos transportes, existem as vicinais que cortam a ilha unindo algumas comunidades de suas extremidades, mas a dificuldade que outras famílias encontram, por exemplo, de áreas mais afastadas das estradas, as levou a uma mobilização para a construção de uma via que articula o povoado da comunidade São José (Sudoeste) à rodovia Transtrambioca. No entanto, a falta de articulação conjunta impediu um empenho maior nesse sentido e o projeto ficou apenas na necessidade.

Tabela 3: PRINCIPAIS PROBLEMAS ELENCADOS PELA COMUNIDADE

PRINCIPAIS PROBLEMAS DAS COMUNIDADES NA ILHA TRAMBIOCA	FREQÜÊNCIA	%
Falta posto de saúde/não tem agente de saúde	23	23,5
Falta união dos moradores da comunidade	18	18,4
Falta transporte gratuito da prefeitura/ melhorar o transporte	8	8,2
Escassez de Pesca/Camarão	8	8,2
Não tem luz elétrica	7	7,1
Não tem renda fixa/ custo de vida elevado/desemprego	6	6,1
Não tem transporte para levar os doentes/praias	5	5,1
Falta colégio para o 2º grau/Falta funcionário nas escolas	4	4,1
Falta ponte/Melhorar a ponte/Trapiche	4	4,1
Sem resposta	15	15,3
TOTAL	98	100

Fonte: Silva e Albuquerque, 2004.

A tabela 3 apresenta um indicador da necessidade de uma melhor organização social na ilha para que se resolvam os problemas que vêm ocorrendo. Ressalta-se que conflitos envolvendo disputa por terra não foram constatados no período da pesquisa, pelo menos os que se refiram a casos de grilagem, mas focos de discórdias puderam ser percebidos em alguns locais, a exemplo do que ocorreu em terras ocupadas por comunidades como a do Arapajó. Entretanto, violências de outra natureza, que são praticadas por freqüentadores de festejos ou de praias, começam a preocupar os moradores. Segundo relatos dos habitantes, no ano de 2001, houve uma tentativa de estupro e ocorreram muitos furtos no local, além disso, há uma quadrilha de ladrões de barcos que age mais à noite, roubando os pescadores de maneira ousada, levam os motores e vendem de forma clandestina e o restante do barco dificilmente o antigo dono consegue encontrar. Para resolver a questão, alguns moradores sugerem a implantação de patrulhas policiais em

rondas constantes por essas áreas, de modo a coibir a atuação dos marginais, mas isso ainda é só uma proposta a ser alcançada.

As transformações no comportamento das próprias condições sociais de vida na ilha, conforme já assinalado, têm ligação com seu grau atual de vínculo econômico com cidades situadas no seu entorno. A intensificação ocupacional das áreas de Barcarena, ocasionada por atrativos, como os projetos de algumas empresas: Alumínio Brasileiro S.A. (ALBRÁS)/Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALNORTE) e a Pará Pigmentos S.A. (PPSA), têm fortalecido o número de indivíduos que buscam ocupação e que, quando não absorvidos, acabam engrossando a massa de desempregados, tornando-se candidatos à marginalidade, chegando mais tarde às ilhas, como a Trambioca. Muitos deles passam a reproduzir práticas econômicas originárias de sua terra natal, como a implantação de madeireiras ilegais e outras atividades predatórias. No momento, aponta-se como esperança a criação da Reserva Extrativista (RESEX), por meio da qual as formas de apropriação dos recursos naturais poderão ser controladas pelos moradores, de posse da autoridade concedida pelo princípio de desenvolvimento contido nesse tipo de unidade de conservação.

Além da falta de uma política de desenvolvimento local e satisfatório para a ilha, que melhor atenda as necessidades da população, em alguns locais, a desagregação social é motivo de menor atuação conjunta dos moradores, o que causa menor luta coletiva por melhorias e maior divergência social interna. O reflexo desse problema se espalha no campo do desenvolvimento sócio-econômico, em áreas com grande potencial turístico, como na comunidade do Farol no sudoeste da ilha. Os dados apresentados enfatizam a necessidade e a importância da existência de atores sociais organizados em Trambioca, pois como território descontínuo de Barcarena, é um local que fica distante do centro urbano, econômico e administrativo dessa cidade, não atraindo para si mais que projetos empresariais de caráter predatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização dos recursos naturais pelo caboclo amazônica demonstra a combinação de diversos costumes de grupos étnicos, dos quais este habitante sofreu influência no passado. A maneira de como ele pesca ou prepara sua comida tem tanto a característica do índio como do

européu e do nordestino brasileiro. Esse amálgama cultural vem constantemente sofrendo influência das novas tecnologias exteriores, fazendo com que o caboclo absorva novos paradigmas culturais que influenciarão em seus padrões comportamentais, como a utilização de novos materiais na pesca artesanal, as grandes redes de fio de náilon, o barco motorizado ou a aquisição da televisão e outros eletrodomésticos, alterando, assim, o ritmo e a velocidade da produção realizada naquele local. Para a realidade amazônica, essa relação com o meio exterior não pode ser intermediada por nenhum outro agente, pois a influência desse meio é inevitável no momento hodierno, não apenas para o caboclo, mas para qualquer outra civilização ou região que deseje se manter intacta às culturas do mundo⁶.

Destarte, a intensificação da implantação de novos projetos exógenos à realidade da região amazônica tem causado um constante êxodo das populações residentes na região, as quais buscam novas terras ou migram para as cidades, juntando-se ao exército marginalizado de mão-de-obra ociosa e, portanto, contribuindo para aumentar a violência e o desemprego. A falta de produtores no meio rural também pode ser apontada como um problema para a falta de abastecimento alimentício nas grandes cidades, visto que grande parte dos produtos consumidos é produzida por pequenos produtores rurais.

Em linhas gerais, existem similaridades quanto às dificuldades existentes na (re)organização dos espaços na Amazônia, pois no que diz respeito às populações tradicionais, como ribeirinhos ou colonos, uma gama de problemas se manifesta constantemente, seja relacionada às questões decorrentes das disputas fundiárias ou mesmo ao processo de afastamento das sociedades locais dos recursos naturais. Tais elementos irão gerar reações sociais na forma de ações conjuntas e deliberadas que serão expressas no espaço como embates dos tempos (o tradicional e o moderno; o racional e as contra-racionalidades), trazendo uma complexidade espacial comum à região, o que na ilha Trambiocca não se mostra diferente.

Surge, então, a necessidade de uma maior e melhor organização social desses habitantes que, na ânsia de melhorar seus modos de vida, buscam organizar-se coletivamente para que suas ações tenham mais efetividade e/ou respaldo tanto na esfera pública quanto na privada. Entretanto, a falta de engajamento por parte dos habitantes nas

organizações sociais na Amazônia, a exemplo do que ocorre na ilha Trambiocca, evidencia um relativo desentendimento entre esses indivíduos, seja religioso ou de outra natureza. Na área estudada neste trabalho, as ações isoladas e individuais são notadas mais frequentemente do que as ações coletivas. Este relativo "isolamento social", visto como a falta de interação entre os indivíduos, faz com que as reivindicações não sejam atendidas de forma satisfatória para todos os moradores, o que ocorre somente para aqueles que reclamam. Esse fato não poderia estar ocorrendo, pois a necessidade é geral, atingindo diferentes comunidades independentemente de sua localização geográfica.

O conhecimento do modo de vida do homem da Amazônia fornecerá indícios do que deverá ser modificado para que o modo de vida das populações residentes na região também seja melhorado. Esse conhecimento permitirá prever algumas das reações que não poderão deixar de provocar a introdução de novos elementos na cultura amazônica. Nessa perspectiva, o estudo de populações, como o que foi realizado na ilha Trambiocca, ajudará a entender o comportamento e buscar benefícios para os moradores, não apenas da ilha, mais de toda a Região Amazônica.

NOTAS

- 1 A miscigenação da Região Amazônica ocorreu em decorrência dos contatos que os índios tiveram com europeus, negros e, posteriormente, com os "tipos brasileiros" característicos de determinada região, devendo-se enfatizar sempre o papel do nordestino que se embrenhou na Amazônia nos períodos de *boom* da borracha, no início do século XX (TOCANTINS, 1993; LIMA, 1999).
- 2 Conforme afirmado, a relação entre o modo de vida está intimamente ligada ao modo de produção e à cultura das sociedades. Assim sendo, é importante mencionar o grau de organização dos grupos sociais, quando se fala em ocupação e aproveitamento dos recursos naturais, a demanda do consumo assim como a redução da disponibilidade desses elementos, pode acarretar ameaças ao meio ambiente e à reprodução dos próprios grupos humanos. Uma prática econômica em que se conservam atividades tradicionais de apropriação dos recursos naturais é atributo destas populações tidas como tradicionais.

- 3 Desta maneira, *comunidade* pode ser considerada um conjunto de pessoas organizadas em prol de um bem comum, ou seja, da coletividade, estejam elas atreladas por laços de religiosidade ou não. Para Frei Betto (1981, p. 16): “São *comunidades*, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São *eclesiais*, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidades de fé. São de *base*, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviço, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares (sic)”.
- 4 Dados concedidos pelo Laboratório de Análises Espaciais (LAENA)/NAEA, 2001.
- 5 Aproximadamente R\$300,00 (SILVA, 2001).
- 6 Nesses aspectos, Santos (1999) afirma:
 “Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isso é, individualização e regionalização. [...] caminhamos ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o universo para uma comunhão hoje global, uma interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território” (SANTOS, 1999, p. 16).

REFERÊNCIAS

- BETTO, F. *O que é comunidade eclesial de base*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, n. 19).
- BONDI, L. Gender, place and culture: paradoxical spaces? In: MOSS, P. (Org.). *Feminist geography in practice: research and methods*. Oxford: Blackwell, 2002. p. 80-86.
- CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).
- EDWARDS, E. Beyond the boundary: a consideration of the expressive in photography and anthropology. In: BANKS, M.; MORPHY, H.

- (Orgs.). *Rethinking visual anthropology*. New Haven: Yale University Press, 1997. p. 53-80.
- HAYNES-YOUNG, R.; GREEN, D. R.; COUSIVS, S. Landscape ecology and geographical information systems. In: _____. *Landscape ecology and GIS*. London: Taylor & Francis, 1996.
- LA CONDAMINE, C. *Viagem na América meridional descendo o rio Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- LA BLACHE, P. V. de. *Princípios de geografia humana*. 2. ed. [S.l.]: Cosmos, 1954.
- LIMA, M. G. M. *Estratégias de sobrevivência de pescadores do estuário do Amazonas*. 1998. Monografia (Especialização em Populações Tradicionais da Pan-Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1998.
- LIMA, T. L. Populações tradicionais e Estado: interesses e disposições normativas na RESEX Cajari/AP. In: COELHO, M. C. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém-PA: CEJUP, 2000. p. 83-97.
- LIMA, D. de M. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio amazônico. *Cadernos do NAEA*, Belém, v. 2, n. 2, p. 5-32, 1999.
- MALTHUS, T. R. *Ensaio sobre população*. São Paulo: Abril, 1983. (Os economistas).
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.
- MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOREIRA, R. *O que é geografia*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, n. 48).
- OLIVEIRA FILHO, J. P. de. O caboclo e o brabo. In: SILVEIRA, E. (Org.). *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 89-100.
- OLIVEIRA, M. F.; RIBEIRO NETO, F. B. *Estratégias de sobrevivência de comunidades litorâneas em regiões ecologicamente degradadas: o caso da Baixada Santista*. São Paulo: FORD/UICN/IOUSP, 1989. p. 1-12. (Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil).

- OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, escutar, escrever. *Revista de Antropologia*, v. 39, n. 1, p. 13-36, 1996.
- RATZEL, F. *RATZEL: Geografia*. São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Revista Território*, São Paulo, n. 9, p. 6-15, 1999.
- SILVA, C. N. Relatório técnico da pesquisa realizada na ilha Trambioca. Belém, 2001. Destinado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais/IBAMA e ao Projeto NAEA/FORD.
- _____; ALBUQUERQUE, A. M. Organizações sociais na ilha Trambioca: sindicatos, associações, colônia de pescadores. In: SIMONIAN, L. (Org.). *Ilha Trambioca: recursos naturais, gestão e sustentabilidade*. Belém: NAEA-UFPA, 2004. Cap. 3. No prelo.
- SIMONIAN, L. (Org.). *Ilha Trambioca: recursos naturais, gestão e sustentabilidade*. Belém: NAEA-UFPA, 2004.
- _____. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA/UFPA, 2001.
- SPIX, J. B e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: ITATIAIA: USP, 1981. v. 3.
- SORRE, M. *Geografia*. São Paulo: Ática, 1984.
- SOUZA JÚNIOR, J. A. de. *O projeto pombalino para a Amazônia*. Belém-PA: CFCH, 1993.
- TOCANTINS, L. *O rio comanda a vida*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil).
- WEINSTEIN, B. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993.